



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA

TERMO DE REFERÊNCIA

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 Locação de grupos geradores de energia elétrica a diesel - incluindo transporte, instalação, combustível, operação técnica presencial, desinstalação e retirada para utilização em Fóruns e Cartórios ou locais a serviço da Justiça Eleitoral durante as Eleições 2026 (1º e 2º turnos) e demais eventos institucionais. (CATSER: 21679).

1.2 Especificação dos Grupos Geradores:

1.2.1. Cada grupo gerador diesel a ser instalado em prédio onde funciona Zona Eleitoral deverá ter uma potência mínima de 55 kVA, exceção feita ao ITEM 01 (Fórum Eleitoral de São Luís e localidades situadas na região metropolitana de São Luís), quando a potência mínima será de 300 kVA.

ITEM	Descrição / Potência Mínima	Finalidade Principal	Quantidade máxima (Diárias)
01	Grupo Gerador Diesel - 300 kVA	Fórum de São Luís/Diplomação - Polo Região Metropolitana	05
02	Grupo Gerador Diesel - 55 kVA	Zonas Eleitorais - Polo São Luís	10
03	Grupo Gerador Diesel - 55 kVA	Zonas Eleitorais - Polo Santa Inês	10
04	Grupo Gerador Diesel - 55 kVA	Zonas Eleitorais - Polo Imperatriz	08
05	Grupo Gerador Diesel - 55 kVA	Zonas Eleitorais - Polo Caxias	10
TOTAL			43 diárias

1.2.2. Os grupos devem ser automáticos, com partida elétrica, silenciosos, cabinados, tendo o objetivo de fornecer energia elétrica confiável para os sistemas de transmissão de dados, climatização e iluminação de prédios a serviço da Justiça Eleitoral;

1.2.3 Todos os equipamentos e instalações fornecidos deverão estar de acordo com os padrões estabelecidos pela ABNT e atender as normas da concessionária Equatorial, bem como as do Corpo de Bombeiros do Maranhão.

1.3 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, nos termos do art. 6º, XIII da Lei n. 14.133/2021.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de prover o TRE-MA de meios para assegurar a plena execução das atividades e procedimentos relativos a todas as etapas do processo eleitoral, diante da possibilidade de sua interrupção em razão da probabilidade de ocorrências como falta de energia elétrica, níveis de tensão baixos e/ou variáveis (oscilações) em alguns municípios que são sedes de Zonas Eleitorais.

Ressalte-se que tais intercorrências podem comprometer não só a totalização de votos e sua confiabilidade nas Eleições Gerais de 2026, mas também a segurança de pessoal e bens materiais. Especialmente no dia do pleito existe a necessidade de assegurar, de forma eficaz e confiável, o funcionamento dos sistemas de geração e transmissão de dados, climatização e iluminação durante todo o processo, no primeiro e, se houver, no segundo turno.

Ademais, a Justiça Eleitoral promove eventos especiais, tais como inaugurações de fóruns, recadastramentos biométricos e cerimônias de diplomação. Nesses casos, a rede de distribuição da concessionária local pode não suprir a demanda de forma ininterrupta ou com a eficiência necessária.

Pelo exposto, a contratação afigura-se conveniente e imprescindível ao interesse público, uma vez que os serviços são necessários para que a Administração desempenhe suas atribuições.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A empresa contratada deverá, para cada localidade escolhida pelo TRE-MA, conforme tabelas constantes do item 5, disponibilizar, de acordo com a demanda, um gerador de energia elétrica (potências mínimas indicadas) e manter um electricista qualificado para executar as tarefas relacionadas à máquina locada, desde a sua instalação até a desinstalação propriamente dita, passando pelos períodos de standby, operação das máquinas, conclusão dos trabalhos de apuração das Eleições 2026 ou das outras demandas da Justiça Eleitoral;

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade

A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental e social na execução dos serviços para minimizar os riscos nocivos à saúde, utilizando-se de medidas tais como:

- a) racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- b) substituir substâncias tóxicas por outras de menor grau de toxicidade, ou de menor impacto ambiental em relação a similares;
- c) utilizar produtos, quando possível, constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;
- d) quanto à inutilização e descarte de embalagens e materiais, deve retornar com eles ao seu estabelecimento após o uso, para inutilização e devido descarte;
- e) racionalizar consumo de água e energia elétrica, com utilização eficiente;
- f) fornecer Equipamentos de Proteção Individual, adequados ao risco, aos funcionários designados para atuar na execução do objeto.

Além disso, como medidas mitigadoras de possíveis impactos ambientais e em observância à Portaria TRE-MA nº 1306/2023, serão exigidos da prestadora de serviços:

- Laudos técnicos de emissão de poluentes e ruídos dentro dos limites legais;
- Plano de manejo para evitar vazamentos de óleo e combustível.

Recomenda-se, como boa prática adicional, que a Contratada adote bacias de contenção, kits de absorção de derramamentos e procedimentos operacionais padronizados, reforçando o controle ambiental durante a execução contratual.

É pertinente que o plano de manejo contemple a destinação ambientalmente adequada de resíduos oleosos, filtros e materiais contaminados, em consonância com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), assegurando rastreabilidade e comprovação documental da destinação final.

4.2 Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto do contrato.

4.3 Vistoria

4.3.1. É facultada aos proponentes a realização de vistoria técnica nos locais de execução dos serviços, a fim de obtenção de subsídios para a adequada elaboração de suas propostas comerciais;

4.3.2. Caso opte por não realizar vistoria, a licitante deverá apresentar, junto à sua proposta, declaração de que conhece as condições e os locais de execução, assumindo total responsabilidade por eventuais dificuldades técnicas não previstas, nos termos do art. 63, §3º da Lei nº 14.133/2021

4.4. Garantia de Execução do Contrato

Não será exigida garantia de execução do contrato, conforme art. 96 da Lei 14.133/2021, uma vez que o inadimplemento do contratado não importar em riscos consideráveis de prejuízos à Administração.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Relação de localidades onde poderão ser instalados os grupos geradores e demais características dos equipamentos

ITEM 01: POLO DA REGIÃO METROPOLITANA - Gerador de maior potência: 300 kVA (incluso o Fórum Eleitoral de São Luís) - Abrange os municípios de São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar.

OBS1: Os geradores do ITEM 01 poderão também ser utilizados em cerimônias da Justiça Eleitoral, tais como

inauguração de fórum, diplomação, biometria, etc.

OBS 2: O Fórum de São Luís abriga as 1ª, 2ª, 3ª, 10ª, 76ª e 89ª Zonas Eleitorais.

Para os polos a seguir, o gerador terá capacidade mínima de 55 kVA.

ITEM 02: POLO SÃO LUÍS - Área de abrangência: 150 km

Abrange os municípios contidos na tabela abaixo:

POLO SÃO LUÍS	CIDADE POLO: SÃO LUÍS	
ZONA(S)	MUNICÍPIO	DISTÂNCIA DA CIDADE POLO (km)
93ª	PAÇO DO LUMIAR	10
47ª	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	31
18ª	ROSÁRIO	69
16ª e 109ª	ITAPECURU-MIRIM	108
31ª	ICATU	118
50ª	VARGEM GRANDE	170
32	HUMBERTO DE CAMPOS	179
56ª	BARREIRINHAS	260
73ª	URBANO SANTOS	262
52ª	ALCÂNTARA - via ferry-boat	54
37ª e 106ª	PINHEIRO - via ferry-boat	65
83ª	SANTA HELENA - via ferry-boat	107
30ª	GUIMARÃES - via ferry-boat	154
14ª	CURURUPU - via ferry-boat	173
39ª	TURIAÇU - via ferry-boat	196
107ª	BACURI - via ferry-boat	218
110ª	MORROS	97
111ª	BEQUIMÃO - via ferry-boat	45

ITEM 03: POLO SANTA INÊS - Área de abrangência: 150 km

Abrange os municípios contidos na tabela abaixo:

POLO SANTA INÊS	CIDADE POLO: SANTA INÊS	
ZONA(S)	MUNICÍPIO	DISTÂNCIA DA CIDADE POLO (km)
57ª e 77ª	SANTA INÊS	0
43ª	PINDARÉ-MIRIM	8
78ª	BOM JARDIM	32
64ª	CÂNDIDO MENDES	338
70ª	SANTA LUZIA	46
96ª	ZÉ DOCA	64
41ª	VITÓRIA DO MEARIM	69
87ª	OLHO D'AGUA DAS CUNHÃS	70
49ª	VITORINO FREIRE	76
38ª	SÃO BENTO	182
27ª	ARARI	80
102ª	PAULO RAMOS	92
13ª e 66ª	BACABAL	100
20ª	VIANA	108
86ª	MATINHA	120
45ª	PENALVA	133
35ª	SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO	134
74ª	LAGO DA PEDRA	136
68ª	CANTANHEDE	138
80ª	SANTA LUZIA DO PARUÁ	147
84ª	SÃO MATEUS DO MARANHÃO	155
63ª	SÃO JOÃO BATISTA	160
95ª	BURITICUPU	163

61ª	ESPERANTINÓPOLIS	189
101ª	GOVERNADOR NUNES FREIRE	224
104ª	ARAME	229
100ª	MARACAÇUMÉ	236
55ª	CARUTAPERA	329

ITEM 04: POLO IMPERATRIZ - Área de abrangência: 200 km
Abrange os municípios contidos na tabela abaixo:

POLO IMPERATRIZ	CIDADE POLO: IMPERATRIZ	
ZONA(S)	MUNICÍPIO	DISTÂNCIA DA CIDADE POLO (km)
33ª e 65ª	IMPERATRIZ	0
58ª	JOÃO LISBOA	11
103ª	MONTES ALTOS	64
71ª e 98ª	AÇAILÂNDIA	67
46ª	PORTO FRANCO	97
99ª	AMARANTE DO MA	115
82ª	ESTREITO	125
15ª	GRAJAÚ	154
75ª	RIACHÃO	220
23ª e 97ª	BARRA DO CORDA	268
26ª	CAROLINA	311
22ª e 105ª	BALSAS	386
34ª	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	476
62ª	LORETO	543
11ª	ALTO PARNAÍBA	612
92ª	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	154

ITEM 05: POLO CAXIAS - Área de abrangência: 200 km
Abrange os municípios contidos na tabela abaixo:

POLO CAXIAS	CIDADE POLO: CAXIAS	
ZONA(S)	MUNICÍPIO	DISTÂNCIA DA CIDADE POLO (km)
4ª, 5ª, 6ª	CAXIAS	0
19ª	TIMON	75
28ª	COELHO NETO	88
7ª	CODÓ	95
81ª	MATÕES	106
36ª	PARNARAMA	126
25ª	BURITI	141
8ª	COROATÁ	156
9ª e 67ª	PEDREIRAS	167
24ª	BREJO	196
42ª	CHAPADINHA	208
48ª	DOM PEDRO	230
54ª	PRESIDENTE DUTRA	239
51ª	SÃO BERNARDO	252
79ª	TUNTUM	261
60ª	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	274
108ª	GOV. EUGÊNIO BARROS	282
40ª	TUTÓIA	312
12ª	ARAIÓSES	320
29ª	COLINAS	328
72ª	MIRADOR	367
44ª	PASSAGEM FRANCA	386
53ª	SÃO JOÃO DOS PATOS	412
17ª	PASTOS BONS	417
21ª	BARÃO DE GRAJAÚ	505
69ª	SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	192

5.2 - Da Potência dos Geradores

Os grupos geradores terão potência mínima de 55 kVA para os itens 02 a 05 e de 300 kVA para o item 01.

5.3 - Da Instalação dos Geradores

Os grupos geradores dos itens 02 a 05 serão instalados nas sedes dos respectivos municípios, nos locais onde funcionarão as Juntas Apuradoras das Eleições 2026 (Cartórios, Fóruns Eleitorais ou locais designados pelo TRE-MA). No caso dos geradores do item 01 (Região Metropolitana), poderão ser instalados no prédio onde funciona o Fórum Eleitoral de São Luís (Av. Senador Vitorino Freire, 49, Centro), no Multicenter SEBRAE ou em localidades situadas fora das sedes municipais, mas dentro da ilha de São Luís.

5.4 - Previsão para Funcionamento dos Geradores durante as Eleições 2026

5.4.1. Para todos os geradores (itens 01 a 05) a previsão de funcionamento é das 08:00 às 20:00h do dia do 1º Turno, atualmente marcado para o dia 04/10/2026, podendo esse horário ser antecipado ou estendido de acordo com as condições de fornecimento de energia pela concessionária e com a necessidade de conclusão dos trabalhos eleitorais. A mesma lógica se aplica em caso de 2º Turno, previsto para o dia 25/10/2026.

5.4.1.1. Para o caso em que seja necessário funcionamento de um gerador por tempo maior que as horas previstas na diária (12 horas) em um determinado município, a fiscalização só autorizará em duas hipóteses:

- a) se puder ser feita a compensação no horário de utilização de outro gerador em outro município de mesmo item, de modo que não haja despesa extra (com combustível, mão de obra, etc) a ser cobrada posteriormente da Administração;
- b) se a condição acima não puder ser atendida, mas a Administração autorizar, sendo que a empresa será ressarcida no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da respectiva diária para cada hora adicional de funcionamento;

5.4.2. No caso de outros eventos em que sejam necessários geradores – tais como inauguração de fórum, cerimônias de diplomação, cadastramento biométrico, etc – a previsão de utilização é também de 12 (doze) horas diárias, sendo que o horário de partida dos equipamentos será definido pela Administração.

5.5 - Do Quantitativo dos Serviços (diárias)

5.5.1. Uma diária de locação de um grupo gerador para efeito deste Termo de Referência corresponde ao dia em que o equipamento, abastecido, instalado, testado, com as devidas interligações, ficou em efetivo Stand By ou funcionando para atender ao prédio a serviço da Justiça Eleitoral, junto com o respectivo operador. Ou seja, para efeito de contagem de diária, só é levada em consideração a data do 1º turno, do 2º turno e/ou da realização de um evento, sendo desprezados os dias de transporte, instalação e testes;

5.5.2. As locações (diárias) referentes aos geradores de potência mínima de 300 kVA (Item 01) visam a atender, se necessário, o Fórum Eleitoral de São Luís nos dias das Eleições 2026, bem como demandas eventuais que, dentro da dinâmica das atividades relacionadas à Justiça Eleitoral, surgem com alguma frequência, inclusive durante o processo eleitoral propriamente dito;

5.5.3 A critério da Administração e desde que as distâncias das localidades para a cidade-polo sejam compatíveis com a inicialmente prevista, poderá haver remanejamento de localidades para instalação de grupo gerador dentro do mesmo polo (Item). Por exemplo, um grupo gerador que inicialmente estava com instalação prevista para Cururupu poderá ter sua instalação transferida para Guimarães, já que as localidades fazem parte do mesmo item e a distância de Guimarães a São Luís é menor que a da outra cidade (Cururupu) à Capital.

5.6 Do Custo dos Serviços

5.6.1. Para o item 01 a licitante deverá incluir no valor das diárias todos os custos relacionados ao fornecimento dos serviços, tais como transporte, instalação, testes, desinstalação, combustível, operação do grupo gerador, mão de obra, alimentação, hospedagem, etc;

5.6.2. Nas locações descritas nos itens 02 a 05, a licitante deverá incluir no valor das diárias todos os custos relacionados com o fornecimento dos serviços, tais como transporte (ida e volta), despesas com ferry-boat (se for o caso), instalação, testes, desinstalação, combustível, operação do grupo gerador, mão-de-obra (inclusive do eletricitista/operador), etc, levando em conta que o grupo gerador poderá ser destinado à cidade-polo ou a uma das cidades que fique dentro da respectiva área de abrangência;

Além disso, a licitante deverá definir o valor do km adicional a ser cobrado caso seja necessário deslocar o grupo gerador para um município localizado fora da área de abrangência da cidade polo, dentro do mesmo item (região). Ou seja, tomando como exemplo o item 03, a licitante definirá o valor da diária de um gerador para a cidade-polo Santa Inês, o qual poderá ser utilizado em qualquer das Zonas Eleitorais constantes do item 03 e que distem até 150 km dessa cidade. Caso seja necessária a utilização de um gerador em Maracaçumé, que se encontra fora da área de abrangência, o valor a ser desembolsado pelo TRE-MA será o valor da diária mais o referente ao transporte dos 172 km adicionais (86 km de ida e 86 km de retorno).

5.6.4 Para definição dos custos totais máximos dos itens 02 a 05 serão utilizados nos cálculos quilometragens adicionais de 600 km para o item 02 (São Luís), 2.000 km para o item 03 (Santa Inês), 1.400 km para o item 04 (Imperatriz) e 2.400 km para o item 05 (Caxias).

5.6.5 - O custo estimado total e por item da contratação encontra-se detalhado no item 11 deste Termo de Referência.

5.7 - Da execução dos serviços

5.7.1. Os serviços compreendem a locação, transporte (inclusive despesas com ferry-boat), instalação e desinstalação, combustíveis, lubrificantes, operação e mão-de-obra de grupos geradores a diesel, cabinados, com potências mínimas de acordo com o item 5.2, com comutação automática das cargas entre rede e grupo, com contactores intertravados mecanicamente, fornecimento e instalação de todo o cabeamento exigido, fornecimento de terminais e todos os materiais necessários para instalação dos referidos equipamentos;

5.7.2. A Contratada deverá se mobilizar a fim de proporcionar que o Cartório, Fórum ou prédio a serviço da Justiça Eleitoral fique satisfatoriamente atendido, de forma a manter alimentadas todas as cargas elétricas (luminárias, computadores, ar condicionados, copiadoras, etc);

5.7.3. A Contratada arcará com todos os custos relacionados à execução dos serviços;

5.7.4. Os geradores locados ficarão em regime de sobreaviso (*standby*). Caso haja falta de energia elétrica, imediatamente deverão ser acionados a fim de assumir toda a carga do prédio. Nas localidades em que forem observadas oscilações significativas na tensão de fornecimento ou a pedido do Juiz Eleitoral ou do chefe de Cartório, os geradores assumirão a alimentação das cargas logo às 08:00 h para que se tenha confiabilidade durante os trabalhos, inclusive na apuração e transmissão de dados;

5.7.5. A Contratada deverá prever, com base nas distâncias a serem percorridas, o prazo total para realização dos serviços em cada município, sendo que o respectivo grupo gerador deverá estar na localidade indicada pela Administração no dia anterior à realização da Eleição, a fim de que sejam efetuados todos os testes necessários de forma a garantir a perfeita realização dos serviços. Por exemplo: no caso do 1º Turno das Eleições, atualmente previsto para o dia 04/10/2026, o gerador deverá estar na localidade já no dia 03/10/2026. Caso haja 2º Turno, a data prevista para esse teste será 24/10/2026, uma vez que as Eleições deverão ocorrer em 25/10/2026. O mesmo procedimento será adotado para qualquer evento da Justiça Eleitoral que necessite da utilização de gerador (es);

5.7.6. Os equipamentos deverão ser instalados em espaços (terrenos, calçadas, etc) escolhidos pela Contratada, levando em conta questões técnicas e de segurança, sendo posteriormente interligados ao disjuntor geral por QTA (quadro de transferência automática) com utilização de cabos, terminais, conectores e parafusos apropriados, conforme normas e especificação das potências dos grupos geradores, obedecendo a todos os padrões de segurança e conforme NR-10. Em todos os serviços, deverão ser observadas rigorosamente as recomendações dos fabricantes dos equipamentos e dos materiais utilizados, inclusive quanto aos métodos de instalação e ferramentas empregadas;

5.7.7. A Administração informará à Contratada, mediante Ordem de Serviços, os locais a serem atendidos e as respectivas datas, observados os seguintes prazos:

5.7.7.1. Antecedência mínima de 9 (nove) dias do 1º e/ou 2º Turnos para os municípios que, com base nos registros de ocorrências no sistema elétrico, têm o fornecimento de energia elétrica considerado vulnerável pelo TRE-MA;

5.7.7.2. Antecedência mínima de 4 (quatro) dias das datas de realização das Eleições 2026 para os que não são considerados vulneráveis pelos técnicos deste Regional, mas que tiveram suas redes elétricas atingidas por intempéries naturais ou por graves defeitos ocorridos em período anterior ao 1º ou 2º Turnos;

5.7.7.3. Antecedência mínima de 7 (sete) dias para os geradores a serem utilizados em outros eventos da Justiça Eleitoral.

5.8 - Das medidas de segurança

5.8.1 A execução dos serviços deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores, de pessoas ligadas às atividades da Contratada e da população em geral, observadas as leis em vigor. O local onde o gerador será acondicionado deverá ser isolado e identificado, com acesso permitido somente a pessoas devidamente autorizadas;

5.8.2. Deverão ser observados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, aterramento, máquinas, extintores de incêndio, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas;

5.8.3 A Contratante não assumirá responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais da prestação dos serviços e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem;

5.8.4 A Contratada manterá Seguro de Acidentes de Trabalhadores para todos os seus empregados e responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com pessoal, material, instalações e equipamentos sob a sua responsabilidade, bem como com terceiros, durante a execução dos serviços.

6 - OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S)

6.1 Cumprir rigorosamente as normas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho, normas do MTE, especialmente a NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), normas do Corpo de Bombeiros do Maranhão, da concessionária de energia elétrica e demais normas e regulamentos pertinentes;

- 6.1.1 A Contratada deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, declaração de que obedecerá aos regulamentos e às normas referidas no subitem 6.1, bem como às orientações dos fabricantes dos equipamentos e legislações pertinentes e aplicáveis;
- 6.2 Disponibilizar somente pessoal capacitado (conforme NR-10) para o desempenho dos serviços que envolvam a realização de instalações elétricas ou de operação de grupos geradores;
- 6.3 Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal e/ou material causado à Contratante ou a terceiros, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados;
- 6.4 Responsabilizar-se pelas despesas relativas a pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos, taxas, transportes, deslocamentos, diárias e quaisquer outras decorrentes da prestação dos serviços;
- 6.5 Fornecer todos os instrumentos, materiais de consumo, ferramentas e mão-de-obra necessários à execução dos serviços contratados;
- 6.6 Fornecer os uniformes e EPIs (equipamentos de proteção individual) a todos os seus funcionários envolvidos na prestação dos serviços, bem como disponibilizar os EPCs (equipamentos de proteção coletiva) necessários, de acordo com as normas em vigor e fiscalizar o uso dos mesmos;
- 6.7 Responsabilizar-se pela guarda de máquinas, equipamentos, materiais, combustíveis, etc durante todo o período de prestação dos serviços de locação dos grupos geradores;
- 6.8 Designar 01 (um) preposto para supervisão dos serviços, sendo este o elo da Contratada com a Administração;
- 6.9 Providenciar, em até 5 (cinco) dias após a emissão da Nota de Empenho, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços junto ao CREA-MA, apresentando para a Fiscalização uma das vias desse documento, uma vez que os serviços descritos estão sujeitos à anotação de Responsabilidade Técnica;
- 6.10 Ao final da prestação dos serviços, restabelecer os prédios às condições em que se encontravam anteriormente e efetuar a limpeza geral no local da instalação dos grupos geradores;
- 6.11 Manter durante a vigência contratual todas as condições de habilitação do certame;
- 6.12 Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TRE-MA, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à Contratada, durante e após a vigência do contrato, observados ainda, no que couber, as diretrizes vigentes adstritas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018), bem como da Resolução CD/ANPD nº 2/2022;
- 6.13 Garantir que seja observada pelos colaboradores em geral a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, conforme Portaria nº 13/2026 - TRE/MA.

7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 Indicar o fiscal do Contrato, conforme Art. 117 da Lei 14.133/2021;
- 7.2 Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada, efetuando todos os pagamentos devidos de acordo com as condições de prazo e preços pactuados no Contrato;
- 7.3 Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à boa execução dos serviços;
- 7.4 Permitir o acesso dos profissionais da Contratada aos locais de execução de serviços;
- 7.5 Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas na prestação dos serviços;
- 7.6 Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades ou qualquer débito de sua responsabilidade;
- 7.7 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Contrato.

8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1 A execução do(s) contrato(s) será acompanhada e fiscalizada pelos servidores indicados pela SEMEQ, titular e substituto, designados pela Administração do TRE-MA, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

- 8.2 Nos casos dos geradores instalados nas Zonas Eleitorais do interior do Estado, os Chefes de Cartório deverão

atestar a prestação dos serviços para a fiscalização, informando os horários de instalação e desinstalação, os períodos em que os geradores efetivamente estiveram em operação e demais informações relevantes;

8.3 As comunicações entre a Contratada e o Tribunal serão mantidas por intermédio do servidor ou da equipe responsável pela Fiscalização junto ao preposto da Contratada, ocorrendo prioritariamente por e-mail ou outro meio idôneo para fins de registro;

8.4 Considerar-se-ão realizadas as notificações e comunicações, bem como iniciados os prazos para resposta ou execução, no primeiro dia útil subsequente ao envio da mensagem eletrônica, independentemente de confirmação de leitura, desde que o envio tenha ocorrido dentro do horário de expediente da Contratante;

8.5 Eventual alteração nos endereços eletrônicos da Contratada deverá ser comunicada formalmente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de serem consideradas válidas as notificações enviadas aos endereços anteriormente cadastrados.

9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 Recebimento provisório e definitivo

9.1.1 No caso dos geradores instalados nas Zonas Eleitorais do interior do Estado, os serviços serão recebidos provisoriamente pelos chefes de cartório em até 7 (sete) dias após a desinstalação das máquinas, através da emissão do respectivo Termo de Recebimento Provisório;

9.1.2 No caso dos equipamentos instalados na região metropolitana (Item 01), o recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato, que emitirá o Termo de Recebimento também em até 7 (sete) dias após a desinstalação dos grupos geradores locados;

9.1.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

9.1.4 Feito o recebimento provisório, a fiscalização comunicará a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura no valor correspondente aos serviços executados;

9.1.5 Caso todas as exigências contratuais - técnicas e administrativas - tenham sido atendidas, o recebimento definitivo dar-se-á em até 2 (dois) dias úteis após a apresentação da fatura pela Contratada, através de Atestado de Recebimento Definitivo emitido pela fiscalização do contrato;

9.1.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

9.2 Da liquidação e pagamento

9.2.1. Após o recebimento definitivo dos serviços e a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, o Fiscal/Gestor do Contrato fará a abertura e instrução do procedimento por meio do qual o pagamento dos serviços será efetivado;

9.2.1.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras;

9.2.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#);

9.2.3. Constatando-se junto ao SICAF a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante;

9.2.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.5. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa;

9.2.6. Só serão efetivados os pagamentos referentes àquelas localidades onde efetivamente foram prestados os serviços de locação de geradores;

9.2.7. A Administração comprometer-se-á a efetuar o pagamento do valor das notas fiscais ou das faturas em até 30 (trinta) dias contados a partir do atestado da prestação dos serviços (recebimento definitivo);

9.2.8. Os pagamentos serão creditados em favor da Contratada por meio de Ordem Bancária, em qualquer instituição bancária indicada na nota fiscal, devendo para isto ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera e

número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

9.2.9. O TRE-MA não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. A modalidade de licitação será Pregão, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO, tendo em vista que a contratação solicitada destina-se à locação de bens comuns e mediante sistema de registro de preços (SRP), de acordo com o Decreto nº 11.462/2023, art. 3º, inciso V, haja vista não ser possível definir com precisão todos os municípios que estarão com problemas de fornecimento de energia elétrica pela concessionária no período das Eleições 2026, apesar de o TRE-MA já dispor de um histórico de eventos que podem levar à necessidade de utilização de geração própria em algumas Zonas Eleitorais do interior;

10.1.2. Além disso, poderão ser locados geradores para eventos da Justiça Eleitoral durante o período de vigência (12 meses) das atas de registro de preços decorrentes deste processo.

10.1.3. Cada item deverá ser licitado separadamente e as Atas de Registro de Preços serão utilizadas de acordo com a necessidade da Administração.

10.1.4. Cada item abrange um conjunto de municípios (locais de execução) - conforme detalhado no item 5 deste Termo de Referência - que se situam em uma determinada unidade regional, em razão de os cartórios eleitorais estarem espalhados por todo o Estado do Maranhão. Tal divisão regional de execução visa obter uma contratação mais vantajosa e mais conveniente ante as peculiaridades comerciais, técnicas e operacionais de cada região, sem prejuízo da competitividade.

ITENS	POLOS/REGIÕES
01	REGIÃO METROPOLITANA
02	SÃO LUÍS
03	SANTA INÊS
04	IMPERATRIZ
05	CAXIAS

10.1.5. Os contratos (atas) decorrentes da licitação terão suas cláusulas e condições reguladas pela Lei 14.133/2021 e demais normas pertinentes;

10.2. Qualificação Técnica

10.2.1. Comprovação de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);

10.2.2. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa tenha prestado serviços de locação de gerador com carga igual ou superior ao objeto da presente licitação;

10.2.3. Certidão de capacidade técnico-profissional que comprove ter o responsável técnico indicado pela empresa licitante executado serviços de instalação ou manutenção em geradores de energia elétrica de, no mínimo, 100 kVA;

10.2.4. Comprovação da capacidade técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico, que comprove ter o responsável técnico indicado pela empresa licitante executado serviços de manutenção ou instalação de geradores de energia elétrica;

10.2.5. A Certidão de Acervo Técnico - CAT de que trata o subitem acima, expedida com base no Registro de Acervo Técnico - RAT, nos termos da Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, será exigida do profissional legalmente habilitado, conforme Resolução nº 1.010, de 2005, do CONFEA;

10.2.6. A licitante deverá comprovar vínculo formal com o responsável técnico, por meio de contrato social, se sócio, da carteira de trabalho ou contrato de trabalho, da certidão de registro da licitante no CREA, se nela constar o nome do profissional indicado ou mediante contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum;

10.3. Qualificação Econômico-Financeira

10.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.3.1.1. Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices, deverá apresentar patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

10.3.1.2. Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Licitante, com emissão de até 60 (sessenta) dias da abertura da licitação;

10.3.1.2.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º

11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.4. Da elaboração e apresentação das propostas

10.4.1. As licitantes deverão efetuar levantamento dos serviços indispensáveis à instalação dos geradores nos locais indicados no item 5 deste Termo de Referência, consubstanciados em planilhas orçamentárias analíticas, descrevendo os componentes básicos dos custos dos serviços;

10.4.2. O custo total deverá incluir todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços, inclusive despesas com transporte (até mesmo marítimos), materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Social, Trabalhista, Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, exceto as despesas da licitante com IRPJ e CSLL, por sua natureza personalíssima, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como o lucro, sem que caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao TRE-MA;

10.4.3. Apesar de que os geradores ficarão em regime de sobreaviso nos dias das Eleições 2026, entrando em funcionamento somente quando ocorrer falta de energia, perturbações que exijam sua operação ou solicitação do Juiz Eleitoral ou do Chefe de Cartório, o cálculo das despesas com combustível deverá levar em conta o horário de operação das 08:00 às 20:00h;

10.4.5. Para cálculo dos custos totais máximos de cada região serão utilizadas quilometragens adicionais de 600 km para o Item 02 (São Luís), 2.000 km para o Item 03 (Santa Inês), 1.400 km para o Item 04 (Imperatriz) e 2.400 km para o Item 05 (Caxias);

10.4.6. Será considerada vencedora a licitante que satisfizer todas as exigências do Edital e apresentar o **menor preço para o item**, não sendo aceitos valores que estiverem acima dos estimados neste instrumento.

11 - ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 423.419,05 (quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e dezenove reais e cinco centavos), conforme quadro abaixo:

PLANILHA - PREÇOS DE REFERÊNCIA						
ITEM (300 kVA)	Unidade de Medida	Quantidade Máxima		Valor Unitário (diária) - R\$	Total por Item (E= C x D) R\$	
01	Diária	5		R\$ 6.900,00	34.500,00	
ITENS (55 kVA)	Unidade de Medida	Qtde. Máxima	km adicional	Valor Unitário (diária) - R\$	Valor Km Adicional - R\$	Total por Item (G= C x E + D x F) R\$
02	Diária	10	600	7.646,19	4,36	79.077,94
03	Diária	10	2.000	9.356,18	7,48	108.521,78
04	Diária	8	1.400	8.416,36	5,40	74.890,84
05	Diária	10	2.400	11.296,45	5,61	126.428,50
TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:						R\$ 423.419,05

12 - DAS HIPÓTESES DE INEXECUÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas serão aplicadas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, em caso de inexecuções parciais de baixo potencial lesivo, assim entendidas como aquelas que não comprometam a execução do objeto.

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 3 anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 12.1, bem como pela prática de condutas sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar (subitem 12.2.2.) que, pela extensão dos danos, justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por atraso injustificável na instalação de um ou mais grupos geradores, até o limite de 1 (um) dia (que seria o dia de testes previsto no subitem 5.7.5), após o que estará configurada a INEXECUÇÃO TOTAL DO CONTRATO, caso a utilização do equipamento - na data prevista de efetivo funcionamento - reste inviabilizada;

12.2.4.2. Multa de 5% a 10% (cinco a dez por cento) sobre o valor total do contrato, nos descumprimentos e inexecuções parciais que comprometam a execução do objeto, desde que não configurem a hipótese prevista na alínea “b” do subitem 12.1. São exemplos desse tipo de conduta típica:

b) a utilização de equipamentos com defeitos, vícios ocultos ou fora das especificações contratadas;

d) a não entrega da documentação exigida para pagamento;

12.2.4.3. Compensatória de 11% a 30% (onze a trinta por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total e nas hipóteses sujeitas às sanções de impedimento de licitar e contratar (subitem 12.2.2.) e declaração de inidoneidade (subitem 12.2.3.);

12.2.4.3.1. Constitui infração grave, passível de configurar inexecução total do objeto, permitir situação que crie o risco de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

12.5. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante;

12.6. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

12.7. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

12.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou cobrada judicialmente;

12.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

12.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante.

12.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei;

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

12.13. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

13 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

13.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, com renovação de quantitativos, desde que comprovado que o preço é vantajoso;

13.2. Ao acordar com a prorrogação, a Contratada poderá solicitar o reajuste dos preços pactuados;

13.3. O reajuste de preços, quando aplicável, será realizado a partir do índice nacional de preços ao consumidor -

IPCA/IBGE, observada a anualidade com data base vinculada à data do orçamento estimado;

13.4. Será facultativa a pesquisa de preços para fins de prorrogação no intuito de comprovar a vantajosidade da renovação, quando houver manifestação técnica no sentido de que o índice a ser aplicado acompanha ou é inferior ao adotado no subitem 13.3.;

13.5. Mediante acordo entre as partes, poderá ser adotado reajuste inferior ao previsto no subitem 13.3.;

13.6. A existência de preço registrado não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir.

13.7. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, poderá haver contratações dela decorrentes iniciadas dentro do seu prazo de validade;

13.8. A vigência do contrato observará o prazo de 4 (quatro) meses, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei n. 14.133/21.

14 - PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A presente contratação alinha-se aos Objetivos do Plano Estratégico 2021-2026, no que tange ao aprimoramento da gestão orçamentária e financeira, bem como atende ao aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária constante da Estratégia Nacional do Judiciário, constando ainda do PCA 2026.

Servidores responsáveis pela elaboração e revisão deste Termo de Referência:

Patryckson Marinho Santos
Mat. 30990898 (SEMEQ)

Paulo Roberto Mendes da Silva
Mat. 3099054 (SEMEQ)

São Luís, 13 de abril de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO MENDES DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 17/04/2026, às 12:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2742278** e o código CRC **4195CE0B**.

0004614-40.2026.6.27.8000	2742278v2
---------------------------	-----------